

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE
XXXXXXXXX/DF**

FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, RG n.º XXXXXXXX, SSP/DF, CPF n.º XXXXXXXX, filho de Pai de Tal e Mãe de Tal, residente na XXXXXXXXXXXXXXXX CEP: XXXXXXXX, telefones: XXXX-XXXX / XXXX-XXXX, não possui endereço eletrônico, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, com fulcro nos arts. 5º, LXXIV, e 134, *caput*, da Constituição da República, por ser juridicamente hipossuficiente, nos termos da Lei 1.060/50 e do CPC, a fim de prevenir responsabilidades, nos termos dos arts. 381, II e III, e ss. do Código de Processo Civil, propor a seguinte

MEDIDA CAUTELAR DE PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS

em face de **FULANO DE TAL**, pessoa jurídica de direito privado, instituição financeira, CNPJ sob o n.º XXXXXXXX, com sede no XXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXXXX, fone XXXX-XXXX demaís dados desconhecidos, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

DOS FATOS

Desde o **ano de XXXX**, a Requerente está recebendo cobranças de dívidas relativas ao cartão de crédito n. XXXXXXXX, contrato n. XXXXXXXXXXXXXXXX, do Banco XXX.

A dívida atualizada, nos termos da última carta de cobrança emitida em **XX.XX.XXXX**, seria de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX), enviada pela empresa XXXXX.

A Requerente teve apenas um único cartão confeccionado na Loja XXX, porém sequer recebeu ou mesmo efetuou qualquer tipo de desbloqueio para realizar compras.

A Requerente compareceu nesta Defensoria Pública do Distrito Federal, oportunidade em que foram encaminhados os Ofícios DPDF/NAJ-XXX n.º XX/XXXX e XXX, com autorização e assinatura da Requerente, nos quais foram solicitadas cópias dos contratos firmados, contendo assinatura da contratante, forma de pagamento, produtos adquiridos, bem como endereços das lojas de compras realizadas e comprovantes de entregas.

O Requerido respondeu no sentido de que a solicitação não poderia ser atendida, tendo em conta que o pleito não foi acompanhado de instrumento procuratório com poderes específicos e que os documentos encontram-se resguardados por sigilo bancário.

Por sua vez, a empresa XXXXXX apresentou resposta no sentido de que *“a reclamada somente assumiu a condição de empresa de recuperação de crédito, não tendo em hipótese alguma ocorrido qualquer cessão do crédito, que, o próprio boleto juntado pelo reclamante, confirma que o beneficiário era o BANCO XXX, resta mais que comprovado que a contestante é parte ilegítima”*.

Assim, diante das tentativas frustradas de recebimento de documentos, informações e justificativas do Requerido quanto às situações mencionadas, não restou alternativa senão o ajuizamento da presente demanda de produção de provas antecipada, determinando que o Requerido traga aos autos: **cópias dos contratos firmados, contendo assinatura da contratante, forma de pagamento, produtos adquiridos, bem como endereços das lojas de compras realizadas e comprovantes de entregas.**

DO DIREITO

O dever de fornecer as informações solicitadas pelos clientes está expresso no Código de Defesa do Consumidor, *verbis*:

Art. 6º: São direitos básicos do consumidor:

[...]

III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem;

IV - a proteção contra a publicidade enganosa e abusiva, métodos comerciais coercitivos ou desleais, bem como contra práticas e cláusulas abusivas ou impostas no fornecimento de produtos e serviços;

Art. 72. Impedir ou dificultar o acesso do consumidor às informações que sobre ele constem em cadastros, bancos de dados, fichas e registros: Detenção - de 6 (seis) meses a 1 (um) ano ou multa”.

No âmbito processual a pretensão encontra respaldo no artigo 381 do Código de Processo Civil, sobretudo pela possibilidade de autocomposição entre as partes, *verbis*:

“Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que:

I - haja fundado receio de que venha a tornar-se impossível ou muito difícil a verificação de certos fatos na pendência da ação;

II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;

III - o prévio conhecimento dos fatos possa justificar ou evitar o ajuizamento de ação.”

Nesse sentido já se pronunciou o e. Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

APELAÇÃO CÍVEL. **PRODUÇÃO ANTECIPADA DE PROVAS**. ART. 381 DO CPC/2015. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. ÔNUS PROCESSUAL DA PARTE QUE ALEGA. PRINCÍPIO DA AQUISIÇÃO DA PROVA.

A exibição de documentos tem por fim a produção de provas ou a obtenção de meio de prova para fins de propositura de ação futura.

(...)

(Acórdão n.1037923, 20140610118662APC, Relator: CARMELITA BRASIL 2ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 09/08/2017, Publicado no DJE: 14/08/2017. Pág.: 319/322) (grifo nosso)

A plausibilidade do direito invocado pela Requerente está consubstanciada no direito à informação e fornecimento de documentos sobre a cobrança de débitos oriundos do suposto cartão de crédito, que, apesar de devidamente instigada por esta Defensoria Pública, não entregou a documentação, encontrando-se a Requerente impossibilitada de discutir, judicialmente, por ora, a regularidade dos débitos.

Portanto, eis os motivos para o deferimento do pedido, a fim de que, em produção antecipada de prova, o Requerido seja obrigado a apresentar cópias dos contratos firmados, contendo assinatura da contratante, forma de pagamento, produtos adquiridos, bem como endereços das lojas de compras realizadas e comprovantes de entregas, e outros vinculados ao CPF da Requerente, bem assim extrato de evolução da dívida com as taxas e juros incidentes e atualização monetária.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a Requerente requer:

- a) o deferimento dos benefícios da justiça gratuita por ser juridicamente hipossuficiente, conforme declaração anexa;
- b) a citação do Requerido, cientificando-a do presente feito, para que faça parte do presente feito de produção antecipada de provas;
- c) Comparecer a audiência de conciliação, nos moldes do Código de Processo Civil (art. 319, inciso VII);
- d) Seja deferida a produção antecipada de prova, determinando que o Requerido, no prazo de XX (XXXXXXXX) dias, em atenção ao seu dever legal, apresente em Juízo **cópia dos contratos firmados, em especial do instrumento n. XXXXXXXXXXXX, que resultou na emissão do cartão de crédito n. XXXXXXXXXXXX, contendo assinatura da contratante, forma de pagamento, produtos adquiridos, bem como endereços das lojas de compras realizadas e comprovantes de entregas, e outros vinculados ao CPF da Requerente**, bem assim extrato de evolução da dívida com as taxas e juros incidentes e atualização monetária, sob pena de, não o fazendo, restar caracterizado o abuso/ilegalidade do Requerido, o que embasará futura ação de inexistência de débito;
- e) a condenação do Requerido ao pagamento das custas processuais e honorários, a serem revertidos ao Fundo de Aparentamento da Defensoria Pública do Distrito Federal, CNPJ n. 09.396.049/0001-80, sendo recolhidos junto ao sendo recolhidos junto ao **Banco XXXX, agência XXX, conta XXXXXXXX (PRODEF)**.

Dá-se à causa o valor de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)**.

Termos em que requer e aguarda deferimento.

XXXXXXXXXX/DF, XX de XXXXXX de XXXXX.

Requerente

Defensor Público do Distrito Federal